



PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**  
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

**PARECER 2ª COMISSÃO PERMANENTE**  
**Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**

| Nº | Proc. Legisl.<br>CMS nº | Interessados(as) – Alienação/Venda                        | Proc. Adm.<br>PMS nº |
|----|-------------------------|---|----------------------|
| 1  | 110/2025                | IRACY LEANE BATISTA LOPES                                 | 0729/2022            |
| 2  | 109/2025                | IRACY LEANE BATISTA LOPES                                 | 0730/2022            |
| 3  | 085/2025                | ROZANIA LIMA SANTOS                                       | 1554/2013            |
| 4  | 080/2025                | GILMAR LIMA CAVALCANTE                                    | 1651/2024            |
| 5  | 079/2025                | MANOEL CLEONARTO LIMA                                     | 1367/2024            |
| 6  | 078/2025                | MIKE HIROKI MONTEIRO YANO                                 | 1252/2024            |
| 7  | 077/2025                | ADALCI SOUSA CARDOSO                                      | 1046/2024            |
| 8  | 075/2025                | JACQUELINE AYRES SANTIAGO                                 | 0805/2024            |
| 9  | 074/2025                | ANTONIA RAIMUNDA LUNA DIOGO DOS SANTOS                    | 0958/2022            |
| 10 | 070/2025                | VALKIRIA TEIXEIRA DEZINCOURT                              | 1497/2022            |
| 11 | 065/2025                | RICARDO GUIMARÃES DO VALE                                 | 0211/2023            |
| 12 | 457/2024                | ISRAEL JOSÉ DA SILVEIRA SOPRAN E ARIVALDO IZIDORO VALESAN | 0180/2023            |

## 1. RELATÓRIO

Vem a esta **2ª Comissão Permanente de Finanças, Constituição, Justiça e Redação**, para análise e emissão de parecer acerca da legalidade de **12 (doze) Projeto(s) de Lei** em epígrafe, de autoria do **Poder Executivo**, autorizando o Poder Público Municipal, mediante **VENDA**, a alienar bem imóvel sob seu domínio a particulares.

A proposta é oriunda de **Processo(s) Administrativo(s)** originário(s) do órgão municipal competente para a alienação de imóveis, cada qual trazendo, além dos atos processuais devidos, documentação apta a comprovar: fatores de correção de terreno, laudo de avaliação e memorial descritivo do imóvel, características de posse, publicação de Edital, entre outros requisitos legais para a realização da alienação.

Nesta Casa, a **5ª Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Obras Públicas e Patrimônio** emitiu relatórios individualizados de verificação dos imóveis *in loco*, atestando a legitimidade das informações constantes nos procedimentos administrativos que ensejaram as propostas em apreço. Além disso, excepcionalmente, os membros da 5ª Comissão emitiram parecer prévio constatando a pertinência das proposições e opinando pelo seu regular trâmite e aprovação.

Nesta Comissão, as proposições sob análise foram anexadas, posto tratem de matérias análogas, o que inclusive justifica o parecer único, nos termos do art. 68 do Regimento Interno desta Câmara<sup>1</sup>.

É o sucinto relatório.

## 2. PARECER DO RELATOR

**2.1-** A alienação de bens municipais é uma das atribuições do Chefe do Poder Executivo, desde que devidamente autorizadas pelo Legislativo, através de aprovação de Projeto de Lei. Nesse sentido, a presente proposta tem por escopo buscar autorização legislativa, conforme previsto no art. 23, inciso I, da

<sup>1</sup> REGIMENTO INTERNO – CMS

Art. 68. Cada proposição terá parecer independente, salvo em se tratando de matérias análogas que tenham sido anexadas.



PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

Lei Municipal nº 17.775/2003<sup>2</sup> – reproduzido no art. 76, alínea “d” da Lei Orgânica Municipal – para fins de promover, sob a forma de alienação/venda, área de domínio do Município de Santarém em favor dos beneficiados especificados em epígrafe.

**2.2-** Analisando o conteúdo dos processos em questão, verificou-se que foram cumpridas as diligências administrativas necessárias para fins de alienação de bens, destinando-se a ocupação **Residencial x Comercial** conforme documentos em anexo e nos termos legais. Ademais, a 5ª Comissão desta Casa também não detectou vício nos autos dos referidos expedientes que possam anular os atos já conduzidos. Desta maneira, nos termos do art. 30, inciso IV, do Regimento Interno desta Câmara<sup>3</sup>, constatou-se a regularidade do projeto, em relação aos preceitos da Lei Municipal n. 17.775/2003<sup>4</sup>, que especifica os casos de alienação de bens do município.

**2.3-** Por todo o exposto, esta relatoria entende que os Projetos de Lei analisados estão em condições de ser(em) **APROVADO(S)** por esta **2ª COMISSÃO PERMANENTE**, uma vez atendidos os requisitos legais para suas respectivas admissões.

### **3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Diante dos fatos, opinamos no mérito pela **APROVAÇÃO** da(s) proposta(s) analisada(s), uma vez que atende(m) aos preceitos legais e regimentais.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete do Ver. Alaércio Cardoso, em        de agosto de 2025.

**Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD**  
Relator

<sup>2</sup> LEI MUNICIPAL nº 17.775/2003

*Art. 23. A alienação de bens municipais, sempre subordinada à existência de interesse público, nos termos desta Lei, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, sendo esta dispensada nos seguintes casos:*

*a) doação devendo constar obrigatoriamente do contrato os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão;*  
*b) permuta;*  
*c) investidura;*  
*d) alienação de imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da Administração Pública especialmente criados para esse fim, ou quando houver objeto determinado e destinatário certo;*  
*e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.*

<sup>3</sup> REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

*Art. 30. À Segunda Comissão de Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação cabe:*

*IV - apreciar e dar parecer sobre o aspecto constitucional, e sobre a técnica legislativa das matérias que lhe forem distribuídas, inclusive aquelas de competência privativa de outras Comissões;*

<sup>4</sup> EMENTA: Estabelece critérios sobre a composição, defesa, utilização e alienação dos bens públicos do município de Santarém.





PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**  
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ


**2ª COMISSÃO PERMANENTE**  
**Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**

**CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Diante dos fatos, os membros infra-assinados desta **2ª COMISSÃO PERMANENTE** opinam pelo **PROSSEGUIMENTO** da(s) proposta(s) analisada(s), posto atender(em) aos preceitos legais e regimentais.

Sala das Sessões, Plenário do Palácio Tapajós, em


de agosto de 2025.




**Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD**  
Membro/Relator



**Ver. ERLON ROCHA – MDB**  
Presidente



**Ver. GERLANDE CASTRO – PP**  
Membro



**Ver. ERASMO MAIA - UNIÃO**  
Membro



**Ver. ELIELTON LIRA - PDT**  
Membro